

NOVA FÓRMULA agrada LEONIDAS

"A um bom argumento não há quem resista" — observou ontem o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, ao revelar sua satisfação com a nova fórmula proposta ao texto constitucional no que se refere ao papel das Forças Armadas. Em rápida entrevista, o ministro do Exército mostrou estar ciente da alteração feita por Bernardo Cabral ao seu substitutivo, mantendo as Forças Armadas responsáveis pela lei e pela ordem e subordinadas à autoridade do Executivo e não aos Três Poderes, como há três semanas.

O general Leonidas respondeu com um "sem comentários" à indagação sobre a natureza dessa argumentação e sua ligação com o violento discurso por ele pronunciado na reunião ministerial de agosto, quando, a pretexto de uma discussão sobre o déficit público, criticou a atuação da Assembléia Nacional Constituinte e a preponderância de segmentos de esquerda na elaboração do texto do substitutivo.

Ontem, em entrevista, no EMFA, o ministro foi conciso, antecipando-se mesmo à revelação do

anteprojeto do substitutivo que será levado ao conhecimento público. Ele disse que a nova fórmula está boa, atendendo não só aos interesses do Exército, mas também do Brasil. Questionado sobre a precisão da fórmula, o ministro corrigiu a repórter que aventou a possibilidade de se manter o texto polêmico, onde os militares só interviriam na segurança interna por iniciativa dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). E o ministro emendou: "Lá agora está escrito: por iniciativa de um dos poderes". De um deles apenas".

Ministro minimiza desmilitarização

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, não está preocupado com uma pretensa desmilitarização do processo político brasileiro, considerando mesmo este fato absolutamente normal. "A influência que os militares tiveram nos governos anteriores foi reflexo do vácuo de poder deixado pelos políticos. Com o surgimento de lideranças civis e o aparecimento do trabalho efetivo dos políticos — disse o ministro — essa ocupação de espaço passou a ser efetivamente exercida por quem de direito, pela categoria que tem esse poder".

O brigadeiro Moreira Lima con-

sidera mesmo que a classe militar não deve opinar sobre a questão do parlamentarismo, uma decisão exclusiva do setor político. "Considero em tese — afirmou — que o parlamentarismo é o mais aprimorado dos sistemas de uma democracia liberal e representativa. Agora, o problema da aceitação do parlamentarismo no Brasil é um problema que cabe aos políticos decidir e não a nós, a não ser sob a forma de troca de idéias".

O brigadeiro Moreira Lima disse mesmo que já teve oportunidade de conversar sobre esses assuntos, em várias oportunidades, com o

presidente José Sarney.

Para ele, os problemas brasileiros ainda são tratados de forma muito passional e elogiou o grau de relacionamento existente entre militares e políticos. Neste contexto, o brigadeiro não considera que a fala do ministro do Exército, na reunião ministerial do déficit público, tenha servido como pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte para efetivar a mudança no papel constitucional dos militares. "Ele apenas manifestou preocupação com a força de segmentos minoritários dentro da Constituinte", disse.